

VISÕES DO FEMININO: A MEDICINA DA MULHER NOS SÉCULOS XIX E XX. Ana Paula Vosne Martins. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. 288 pp.

ISBN: 85-7541-048-2

Foi com grande interesse que li *Visões do Feminino: A Medicina da Mulher nos Séculos XIX e XX*, de Ana Paula Vosne Martins. Nas últimas décadas, muito se tem escrito sobre o papel dos modelos explicativos das ciências biomédicas e dos processos históricos impulsionados pelos seus agentes na conformação da matriz sócio-cultural, política e institucional das sociedades modernas. Nesse campo de estudos, alguns autores tornaram-se referência obrigatória como, por exemplo, o francês Michel Foucault e o brasileiro Jurandir Costa. A obra aqui apresentada candidata-se a ser uma das monografias de referência nesse campo de investigações, tanto pela especificidade de suas contribuições, sua abordagem teórico-metodológica e suas teses, como pelas novas indagações que projeta.

Visões do Feminino: A Medicina da Mulher nos Séculos XIX e XX soma-se aos programas de pesquisa que se dedicam à questão de como o corpo, a sexualidade e a reprodução tornaram-se objetos privilegiados para forças sociais que emergiram com a modernidade, como pensadores sociais dos séculos XVIII e XIX, estrategistas do Estado nacional e representantes das ciências biomédicas. Seus pontos de partida são o estudo da formação de um discurso científico sobre a diferença sexual e da constituição da ginecologia e da obstetria como especialidades médicas na Europa e no Brasil, e busca compreender como a “ciência sexual” e a “medicina da mulher” foram forças centrais na construção e legitimação do imaginário moderno da diferença radical entre homens e mulheres, ou mais exatamente, da alteridade feminina radicada inexoravelmente em seu corpo.

Na leitura de Martins vemos como, no século XIX, com o triunfo da biologia e a ascensão do poder médico, consolidou-se um novo modo de pensar as distinções de gênero: as diferenças corporais se instalaram progressivamente como referência do feminino e do masculino. No sexo biológico, médicos, biólogos, anatomistas e fisiologistas viram a origem de uma irredutível diferença entre homens e mulheres expressada não somente na ordem físico-anatômica, como também em uma ordem moral e social. Em seu afã de definir a “mulher”, eles promoveram um intenso debate público sobre a domesticidade e a inferioridade das mulheres, a vocação maternal, a sexualidade perigosa, o pudor feminino, a pouca aptidão para a política e as ciências etc., contribuindo para fundamentar a exclusão das mulheres da esfera da cidadania e a negação de sua autonomia e subjetividade. Enquanto o corpo feminino se tornava objeto de um discurso normativo altamente eficiente, os médicos se consolidavam como poder político e artífices de primeira linha na construção das instituições modernas: as ciências, a família burguesa, o Estado nacional etc.

As relações entre saber médico e corpo feminino têm sido objeto de estudo de vários autores fora e dentro do Brasil e há uma razoável bibliografia sobre a temática. Em nosso país, não são inexistentes, porém ainda são poucos os estudos que nos oferecem análises sociohistóricas e antropológicas extensas, combinando revisão bibliográfica e análise de fontes

primárias, como teses de medicina, arquivos de hospitais e escolas médicas e revistas médicas. Esse fato também realça a relevância do livro que ora apresentamos.

Com maestria, Martins dialoga com várias vertentes da literatura que têm se debruçado sobre o tema da construção moderna do corpo feminino, inclusive o pensamento crítico feminista e o campo de estudos de gênero. Longe de qualquer explicação simplista e com grande rigor metodológico, a autora transita entre a literatura e os dados sociohistóricos primários, percorrendo um itinerário com núcleos de argumentos articulados e desenvolvendo sua tese central: a instituição do corpo feminino como objeto do discurso médico-científico e sua transformação em lugar de prática de intervenção de seus agentes geraram “um processo de gerenciamento dos corpos femininos sem precedentes até meados do século XIX”. Para a compreensão do fenômeno, ela reconstitui analiticamente processos políticos dinâmicos, influenciados por múltiplas causas e condições históricas. Ao lermos *Visões do Feminino: A Medicina da Mulher nos Séculos XIX e XX*, somos introduzidos nos meandros da constituição do campo político onde se disputam os significados da diferença sexual e do corpo feminino, e temos um cenário complexo de seus vários componentes: os atores sociais, suas origens, relações e interações, conflitos, alianças e oposições, agendas e estratégias; os marcos interpretativos que lhes orientam e os elementos ideológicos e valorativos de seus discursos; os diferenciais de poder entre eles; os espaços políticos e institucionais que ocupam e sua interlocução com outros campos de debate político. Os contextos políticos, sociais e culturais que emolduraram esses processos também são cuidadosamente apresentados, permitindo um entendimento das estruturas de oportunidades e condicionamentos que os atores históricos encontraram e como novos conhecimentos e práticas foram incorporados reflexivamente, transformando as instituições tradicionais e dando passo às instituições modernas.

O livro está estruturado em oito partes. Na *Apresentação*, Martins expõe a problemática de seu estudo, situando-a não apenas nos primórdios das sociedades modernas como também demonstrando sua pertinência para a compreensão das dinâmicas da modernidade contemporânea. Os modos como processos de temporalidade distintas influenciam a contemporaneidade é sintetizado da seguinte maneira: “queremos apontar para a semelhança entre a representação moderna da mulher-corpo e a representação médico-científica produzida pelos saberes que foram objeto deste livro, mesmo porque as imagens e os mecanismos de controle sobre a mulher hoje não são apenas produtos do mercado – fazem parte de uma história da produção de saberes e práticas sobre o corpo feminino, cujas origens estão em outros domínios: as ciências biológicas e a medicina da mulher”.

No primeiro capítulo, *Gênero, Ciência e Cultura*, a autora discorre sobre o nascimento da ciência moderna, fundadora de uma nova forma de ver e explicar o mundo natural e humano, instituindo como método a observação empírica, a experimentação e a classificação e nomeação das coisas, e revolucionando as bases epistemológicas do conhecimento, que passa a ser concebido como um processo objetivo, fundado em princípios dicotômicos como a separa-

ção observador e a realidade, a cultura e a natureza, a mente e o corpo, a razão e a emoção. Na linguagem e na ideologia da ciência moderna, essas dicotomias estão fortemente associadas àquela do masculino/feminino e implicadas nas formas modernas de estruturação simbólica, normativa e institucional das distinções de gênero. Na parte intermédia do capítulo, vemos como cientistas e médicos do século XIX constituíram a diferença sexual como objeto de conhecimento privilegiado, questionando o modelo da homologia sexual das tradições anteriores – para as quais a mulher era um “homem imperfeito” na ordem hierárquica do cosmos – e instituindo um discurso sobre a diferença sexual radical, no qual o “diferente” é a mulher e a diferença está inexoravelmente ligada ao seu corpo. A última parte, analisa como as ciências biomédicas se dedicaram a fazer um inventário minucioso da diferença feminina e a produzir um saber sobre a “essência da mulher” e as implicações desse processo histórico na reordenação das relações de gênero e na vida das mulheres.

O segundo capítulo, *A Ciência Obstétrica*, trata dos processos de constituição da obstetrícia como conhecimento prático e disciplinar no século XIX, e do crescente papel político e moral que os médicos adquiriram na construção da nova ordem social. Analisa-se a transformação histórica do parto de um evento social ligado à cotidianidade das mulheres em um evento médico e hospitalar, envolvendo disputas entre os saberes médico-científicos e os saberes tradicionais a respeito da gestação e do parto e, claro, interações, conflitos e negociações entre médicos e parteiras. Para o avanço da ciência obstétrica também foi necessário vencer interdições e resistências advindas dos costumes tradicionais e das autoridades paterna e religiosa. Estavam em jogo, ao mesmo tempo, a definição de novos campos e competências profissionais, a conquista de confiança e adesão da clientela, e o estabelecimento do papel político e cultural dos médicos na organização das novas sociedades. Médicos obstetras se somaram ao projeto de construção da nação e participaram ativamente na elaboração das políticas públicas do Estado, disponibilizando seus conhecimentos sobre a capacidade reprodutiva feminina e a “natureza da mulher”. Os significados da introdução dos instrumentos obstétricos e da transformação dos métodos de investigação clínica do corpo feminino são também objetos de reflexão da autora. Enfim, a análise se dirige ao papel histórico cumprido pelas ciências obstétricas em dar significados práticos ao modelo biológico das diferenças sexuais, atualizando em um campo de conhecimentos práticos e disciplinares a visão da especificidade da natureza feminina e da vocação maternal da mulher.

O terceiro capítulo, *A Ciência da Mulher*, aborda a constituição da ginecologia como especialidade médica e seu papel na construção das representações modernas da sexualidade e do corpo feminino. Se os fenômenos relacionados à capacidade reprodutiva feminina haviam sido o foco da ciência obstétrica, a “ciência da mulher” – como foi definida a ginecologia no século XIX – tomou como objeto de conhecimento e intervenção médica a sexualidade e os órgãos sexuais femininos. Com seu advento, aprofundou-se a idéia da diferença sexual radical das mulheres e conformou-se definitivamente um campo de práticas

médicas diferenciado, para uma categoria diferenciada de clientes: as mulheres. Na primeira parte do capítulo, vemos como “*a ginecologia se constitui no século XIX tendo como referência essa imagem da mulher submetida ao império de seus órgãos genitais*”. Para esses médicos, os órgãos sexuais determinariam a natureza nervosa, frágil e inconstante da mulher e sua predisposição a doenças e perturbações mentais, moldando assim suas capacidades sociais. A sexualidade feminina foi representada como perigosa e paradoxal, oscilando entre a ausência de desejo – definido como a normalidade – e o desejo excessivo – fator de perturbações físicas, psíquicas e morais. Independente de como se manifestavam, procurava-se uma etiologia sexual para as doenças das mulheres, pois estas estariam inequivocamente determinadas por seu sexo. Na segunda parte, analisa-se o papel dos cirurgiões na constituição da ginecologia como especialidade médica e as disputas pela delimitação de campos e competências profissionais que envolveram também médicos obstetras, parteiras, curandeiros e leigos. Aqui também são analisados os significados da transformação dos métodos de exame do corpo feminino e da introdução dos instrumentos ginecológicos modernos, e vemos como esses médicos abriram caminhos em meio a objeções morais, pudores, questionamentos éticos, medos e desconfianças.

A Obstetrícia e a Ginecologia no Brasil é o título do quarto capítulo que trata de compreender como médicos brasileiros se engajaram nas discussões sobre a diferença feminina e como a obstetrícia e a ginecologia se organizaram em nosso país.

Na primeira parte do capítulo, o foco recai sobre as condições em que se organizam o ensino médico no Brasil, no decorrer do século XIX, buscando entender o contexto político, cultural e institucional em que se desenvolve a formação de médicos obstetras e ginecologistas, e a estruturação dessas especialidades. Na segunda parte, a autora analisa teses produzidas por estudantes das escolas médicas do Rio de Janeiro e de Salvador no século XIX que tiveram como objeto de estudo a mulher. Vemos como, afinados com o debate europeu, os médicos brasileiros se debruçaram não apenas sobre questões propriamente clínicas, mas também se engajaram nos debates sobre a natureza feminina e suas especificidades, imbuídos do espírito de terem uma missão a cumprir na construção de regras e normas em uma nova ordem social, em especial, no que diz respeito ao gênero, à raça e às estruturas familiares.

No quinto capítulo, *O Médico de Senhoras e Clínica das Mulheres*, analisa-se o desenvolvimento do interesse dos médicos pelo parto e pelas doenças ginecológicas no Brasil, a redefinição das distintas competências entre médicos e parteiras, a formação da clientela, as grandes polêmicas e questões éticas e morais que geraram debates acalorados entre os médicos, envolvendo muitas vezes também médicos legistas, políticos, intelectuais e a opinião pública, e a organização das instituições hospitalares voltadas para as mulheres. Através desses ângulos analíticos também vemos como o processo de constituição da medicina de senhoras e da clínica das mulheres envolveu não somente a organização de um campo profissional e a aquisição e aplicação de conhecimentos técnicos e científicos, mas também a elaboração e legitimação de um sistema articulado de idéias e valo-

res que interliga domesticidade feminina, maternidade, família e pátria.

A Mulher no Discurso Médico e Intelectual Brasileiro é o sexto capítulo. Com base em publicações médicas não especializadas e de outros intelectuais do século XIX, a autora analisa como conhecimentos médico-científicos e o pensamento social e filosófico da época se articularam reflexivamente, especialmente quando o objeto em questão era “a mulher”. A ideologia da maternidade foi um elemento central na estruturação do projeto de reforma social que reunia médicos e intelectuais e a educação feminina em um objeto privilegiado da narrativa literário-científica. Nessa literatura, a tematização da diferença feminina articula preceitos da ciência da diferença sexual e um programa pedagógico para os corpos e mentes femininas. Para exercer seu papel na nova ordem social, a mulher deveria ser instruída e saudável, seja para desempenhar-se como boa mãe e esposa, seja para cumprir sua missão para com a nação como “formadora de homens”, os novos cidadãos. Na última parte do livro, *Conclusão*, a autora sintetiza o percurso de seu estudo e suas conclusões principais.

A leitura de *Visões do Feminino: A Medicina da Mulher nos Séculos XIX e XX* é fluida e prazerosa e pode interessar a públicos distintos. Especialmente, o livro tem amplo potencial pedagógico para professores, alunos e pesquisadores do campo da saúde coletiva e das ciências humanas e sociais, assim como para profissionais de saúde envolvidos na gestão e na assistência.

Claudia Bonan
Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, Brasil.

VACUNAS: PREVENCIÓN DE ENFERMEDADES Y PROTECCIÓN DE LA SALUD. **Ciro A. de Quadros, editor.** Washington DC: Organización Panamericana de la Salud, 2004. 406 pp.

ISBN: 92-75-11596-6

Vacunas: Prevención de Enfermedades y Protección de la Salud reúne os trabalhos apresentados na *Conferência sobre Vacinas, Prevenção y Salud Pública: Una Visión del Futuro*. Este evento, realizado para comemorar o centenário da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), celebrou um dos seus mais bem sucedidos programas de saúde, que tem colocado a região das Américas na vanguarda do controle de doenças imunopreveníveis. As bases e inovações programáticas que viabilizaram esta trajetória de êxito, bem como os avanços no conhecimento técnico e científico para o desenvolvimento de novas vacinas, são apresentadas em 46 capítulos distribuídos em 8 seções com 406 páginas. O livro cobre uma extensa variedade de temas relacionados a vacinas, programas de imunização e doenças preveníveis por imunização, escritas por destacados especialistas, entre eles o editor, Dr. Ciro de Quadros. Na gestão do Dr. Quadros, a Divisão de Vacinas e Imunizações da OPAS alcançou os mais significativos avanços no controle de doenças imunopreveníveis. A extensa lista de colaboradores representa uma ampla gama de instituições públicas e privadas nacionais de vários países e de organizações internacionais. Desta forma, o livro co-

bre grande diversidade de conteúdos baseando-se em perspectivas diversas.

As vacinas mais relevantes em saúde pública, com exceção das vacinas contra difteria, tétano e pertussis e vacina contra raiva, foram contempladas nos capítulos do livro. Algumas delas, como pólio, rubéola e sarampo aparecem em mais de um capítulo.

Na primeira seção (*O Contexto*) é analisada a necessidade e oportunidade de desenvolver vacinas para doenças (re)emergentes de interesse para a vacinologia: varíola, doença do Nilo Ocidental, HIV/AIDS e SARS, e apresentada a evolução dos programas de imunização nas Américas e seu impacto na frequência das doenças. Na seção *O Presente* estão apresentadas análises sobre poliomielite, sarampo, rubéola e febre amarela. A análise sobre a pólio tem forte componente de vigilância, inclusive do poliovírus vacinal. A viabilidade da erradicação do sarampo é discutida com base na experiência dos programas de controle da doença nas Américas. Um capítulo sobre novas formulações e sistemas de administração da vacina contra sarampo defende a necessidade de incrementar o desenvolvimento destas abordagens tendo em vista a contribuição potencial na erradicação.

A seção *O Presente* apresenta também uma excelente revisão sobre síndrome da rubéola congênita, e constitui o único capítulo com conteúdo eminentemente clínico, que parece deslocado em um livro de vacinologia. Um outro capítulo enfatiza aspectos relacionados ao programa de imunização e à vigilância da rubéola, somente nas Américas. O capítulo sobre febre amarela tem um grande componente de epidemiologia da doença e dos eventos adversos à vacina, particularmente a falência múltipla de órgãos que tem forçado a revisão do perfil de reatogenicidade da vacina.

Na seção intitulada *O Mais Recente*, o primeiro capítulo discute a baixa frequência de doença invasiva pelo *Haemophilus influenzae* tipo b na Ásia em relação a outros países e a pertinência da inclusão da vacina contra Hib no calendário básico de vacinas. Na mesma seção, um capítulo sobre o desenvolvimento, uso clínico e as perspectivas de uma vacina de vírus vivo contra varicela, destacando as implicações da vacinação na ocorrência de zoster em adultos.

O capítulo sobre a vacina contra hepatite A aborda de forma concisa, densa e abrangente, a doença, a carga da doença, a vacina e sua utilização até os dias atuais.

Também conciso e informativo é o capítulo sobre eficácia e efetividade de vacinas conjugadas contra pneumococos. Os autores apontam a drástica redução de incidência de doença invasiva causada pelos sorotipos cobertos pela vacina onde ela foi utilizada. O impacto na ocorrência de otites teria sido menor em razão da substituição dos sorotipos. Embora os dados indiquem a relevância da vacina em saúde pública, seu custo é um sério limitante para introdução em programas de vacinação.

O capítulo sobre vacina contra meningococos conjugadas na África discute o desafio de produção de vacinas sem interesse comercial por um consórcio de produtores “emergentes” como alternativa para sociedades sem possibilidade de custear vacinas caras em seus PNI.

A seção seguinte – *O Futuro* – inclui um capítulo sobre vacinas contra rotavírus, com análise da carga de doença e das limitações nos dados em muitos paí-